

POLÍTICA, MORAL E CIDADANIA NO CONTEXTO DE ATORES SOCIAIS URBANOS

INTRODUÇÃO

IRLYS ALENCAR FIRMO BARREIRA*

RESUMO

Os princípios normativos e valores que cercam o mundo da política constituem matéria relevante, tratada desde perspectivas teóricas clássicas, até pesquisas recentes preocupadas em entender as crenças e concepções dos que “fazem a política” ou dos que dela participam de diferentes formas. Particularmente no Brasil, muitas das pesquisas que abordaram as “representações sobre a política” centraram seus pontos de vista na importância dos valores culturais que incidiam sobre a continuidade ou ruptura da ordem autoritária (Moisés, 1992; Dagnino, 1994).

O artigo analisa as representações de líderes populares de Fortaleza a propósito da cidadania, da moral e das expectativas de participação na cena política. A questão fundamental tratada consiste em verificar como algumas das representações sociais contribuem ou reproduzem a construção dos fundamentos políticos e morais que organizam a vida social e alimentam os significados culturais da política no Brasil.

* Doutora e Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da UFC.

Via de regra, tais abordagens enfatizaram a capacidade das instituições de conduzir mudanças na ordem autoritária, verificando também como as concepções culturais vigentes no Brasil seriam capazes de ir ao encontro de perspectivas de modernização das instituições, transformando-as também a longo prazo. Esses são pressupostos que informaram a chamada “teoria da transição”, voltada, principalmente para entender os caminhos de uma passagem da ordem autoritária para a ordem democrática. A ênfase na incorporação

de valores democráticos às práticas cotidianas foi também analisada por autores que consideram a importância das relações sociais e da “cultura política” na efetivação de processos democráticos (Avritzer, 1995; Costa, 1997).

Um outro tratamento mais recente sobre as interfaces entre cultura e política, com a qual venho

trabalhando mais sistematicamente, busca compor uma etnografia de eventos, situações e dramas através dos quais emergem alguns significados socioculturais da política no Brasil. Trata-se de uma forma de abordagem que inclui o estudo dos rituais, da violência e das representações, incorporando concepções *nativas* da política em conexão com outras esferas da atividade social¹.

Seguindo essa tentativa de abordagem, o presente texto discute as representações sobre a política e suas interseções com princípios normativos referentes a noções de moral, desigualdade e cidadania. Tendo como principais interlocutores de investigação os moradores que habitam em bairros distantes e carentes de infraestrutura, localizados na cidade de Fortaleza (Nordeste do Brasil), as reflexões aqui desenvolvidas buscam verificar como as representações sociais, que podem ser consideradas *nativas*,

contribuem para a construção de fundamentos políticos e morais que organizam e alimentam significados culturais da política no Brasil.

A pesquisa², que teve como ponto de partida analisar como líderes populares moradores de bairro da periferia de Fortaleza pensavam a política e suas articulações com os temas da vida cotidiana, visava também recortar uma espécie de ethos normativo referente ao modo como esse interlocutores pensavam a sua inserção no espaço social. Nessa direção perguntas norteadoras guiaram as reflexões: o que *os informantes pensam a respeito da política, dos políticos e do poder? Que concepções de moral e cidadania vão estar presentes no plano das representações desses atores urbanos?*

A investigação que serviu de base às reflexões aqui desenvolvidas efetivou-se em múltiplos períodos e com objetivos distintos. Inicialmente voltou-se para analisar o tema das “candidaturas populares”, verificando o modo como representantes de bairros concebiam a política e buscavam estratégias de participação no cenário eleitoral. Dando continuidade a essa investigação sobre “líderes de bairro”, que se tornavam candidatas, a pesquisa focalizou, mais recentemente, as representações sobre a política e suas interfaces com princípios normativos e culturais. Desse modo, as informações obtidas entre os “presidentes” das entidades de bairro, convergiram para o modo como esse atores sociais concebiam seu lugar na sociedade e como valores culturais mais amplos informavam concepções de política e cidadania.

A POLÍTICA FACE AO UNIVERSO DAS REPRESENTAÇÕES

As representações ou concepções sobre a política e a cidadania são normalmente objeto de um princípio de diferenciação social que separa grupos (“os políticos” e a “população”), hierarquiza relações (“os que têm poder e os que não têm) e cristaliza territórios (“os moradores da periferia e os moradores de outros bairros”).

Quando se pensa, por exemplo, no modo como segmentos sociais, residentes em bairros

periféricos e conhecidos como “moradores pobres” classificam a política, os políticos e a si próprios verifica-se que os princípios de inclusão e exclusão evocam, para além de critérios de classe, nomeados como objetivos, as maneiras como tais grupos sociais incorporam o “seu lugar”. Um lugar muitas vezes descrito em escala valorativa compensatória, confirmando as observações de Caldeira (1984) sobre a pobreza do bairro de São Miguel Paulista – zona Leste de São Paulo – percebida como carente de bens materiais, porém virtuosa em seus valores morais.

Uma pesquisa que se desenvolve no campo das representações freqüentemente enfrenta questões metodológicas relativas às dificuldades de encontrar significados substantivos em meio a um conjunto de falas nem sempre convergentes. No âmbito das representações sobre a política corre-se o risco de nomear de “cultura política” um aglomerado de opiniões que, sendo fruto de códigos sociais diversos e contraditórios, não deve se limitar a um sentido geral e único. Um dos exemplos que atesta a lógica complexas das representações refere-se à própria distância que se efetiva entre prática política e escolha eleitoral. Palmeira (1989) já alertou para a aparente contradição entre uma prática combativa de determinados trabalhadores sindicais e um modo de elaboração de suas escolhas eleitorais, geralmente efetivadas entre políticos tradicionais da região. Isso não significava dizer que essa categoria desenvolvia práticas políticas incoerentes mas que a lógica que presidia as escolhas eleitorais diferia dos princípios que nortearam as práticas de mobilização sindical. O exemplo é significativo para que se perceba a necessidade de pensar sentidos culturais e políticos nem sempre apresentados de forma evidente.

Seguindo essa diretriz, o objetivo perseguido durante a pesquisa sobre os presidentes de associações de bairro foi o de inserir nos discursos uma unidade de referência circunscrita a uma experiência mais ampla, um contexto. Pensar os discursos como sintomas ou indicações de “visões de mundo” fundamentadas em experiências diversificadas.

Supõe-se, portanto, que os discursos apontam certas características gerais da presença da política entre determinados segmentos sociais. Presença que indicaria também o caráter plural de uma “cultura política” permeada por um conjunto abrangente de códigos sociais.

Uma discussão sobre “representações” construídas sobre a política encontra também obstáculos na tentativa de deduzir, a partir de opiniões emitidas em circunstâncias peculiares, determinadas práticas e crenças que, sendo maleáveis e complexas, não cabem em rubricas definitivas do tipo “as classes populares no Brasil pensam ou agem...”

Corre-se assim o risco de cristalizar concepções que podem ser mutáveis e circunstanciais por tocarem dimensões profundas da vida social cujas opiniões estão sujeitas a múltiplos sentidos e opiniões. Esse é o caso de “opiniões sobre a pena de morte” que na realidade podem tão somente significar uma busca de justiça calcada em direitos e deveres dos cidadãos. Situar o contexto das representações tentando entender os seus mecanismos de construção pode ser o único caminho viável para adentrar na explicitação de valores e sentidos elaborados por determinados segmentos sociais.

Os presidentes de associações de moradores tratados na pesquisa são dotados de um “discurso sobre o modo como vivem, além de portarem crenças e opiniões sobre a política e os políticos. Enquanto representantes de entidades associativas são protagonistas de organizações de bairro e em certo sentido formadores de opinião.

Nesse momento torna-se relevante verificar o território social e político no qual determinadas visões sobre a política e a moral foram explicitadas no contexto da pesquisa.

BAIRROS DA “PERIFERIA URBANA” ESPAÇO DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE IDÉIAS SOBRE A POLÍTICA

Embora as concepções elaboradas sobre a política não sejam atributos restritos a algum segmento social, tornou-se quase lugar comum

considerar moradores de zonas mais longínquas da cidade de Fortaleza, nomeados de “moradores da periferia”, organizados ou não em associações, como informantes privilegiados. É nesse espaço onde se observam a intervenção de políticas sociais em seus conflitos e limites, as práticas de associativismo, transformadas em espécies de escola de socialização política e lugar onde consolidam-se clientelas eleitorais. Não por acaso, identifica-se essa zona urbana como um contexto onde a “política”, com todas as suas adjetivações, planta seus pés, instalando-se numa condição positiva ou negativa.

Em momentos eleitorais, nos quais os ritos de apresentação de candidatos supõem um percurso itinerante, a “periferia” emerge como o lugar onde “está o povo” beneficiado ou desprotegido, mas sempre à espera de que a política “chegue lá”. Inúmeros comícios são realizados nesses locais, além de visitas e reuniões que visam aproximações entre a “política” e a “população”³.

A ampliação de organizações de bairro, por ocasião do período que antecedeu e sucedeu imediatamente a chamada transição democrática, viabilizou também um olhar otimista permeado pela idéia de que tais organizações traziam sementes de renovação democrática. Posteriormente, a intervenção de políticas sociais, nomeadas de “participativas”, que exigiram a intermediação de associações para o repasse de bens de consumo coletivos corroborou para o aumento significativo de entidades de bairro. fato que solidificou a existência de cargos de representação ocupados por “presidentes”.

O saldo dessa múltiplas situações de comunicação com a política foi a presença de inúmeras associações de moradores com participantes na função de presidentes e interlocutores que passaram a falar em nome do bairro e de seus habitantes. Foi esse grupo de presidentes de associações, correspondendo a 60, escolhidos por um processo de amostragem, que serviu de referência à análise sobre as representações construídas a respeito da política e suas

interseções com os temas da desigualdade, moral cidadania e poder.

Nesse contexto, o universo dos entrevistados foi formado por presidentes de entidades associativas que caracterizavam-se por terem vivenciado um processo de iniciação nas atividades do bairro que funcionava como espécie de “socialização política”. Assim, 40% dos entrevistados declaravam ter iniciado sua aprendizagem política através da participação na associação de moradores, incluindo também outros veículos de iniciação como grupos ligados à igreja, partidos políticos e outras lideranças além de familiares. Motivações de cunho pessoal eram também mencionadas como justificativa para o desempenho de atividades comunitárias.

Indagados sobre a principal razão para o ingresso nas atividades do bairro 53% mencionaram “gostar de ajudar as pessoas” seguido do 48,3% que afirmaram a “vontade de mudar a situação do bairro”. As conexões entre as atividades desenvolvidas no bairro e as atividades do mundo privado, na esfera da família, eram bastante fortes, evidenciadas no apoio familiar aos trabalhos desenvolvidos no bairro que eram da ordem de 83,3%.

É importante ressaltar que as atividades de organização, mobilização coletiva bem como as estratégias de melhoria de serviços e equipamentos no bairro apareciam também como espécies de extensão das atividades do mundo privado. O bairro era assim uma espécie de ampliação da casa, pois através das melhorias urbanas conquistadas como iluminação, posto de saúde e escola era possível obter maior conforto familiar.

Dentre os trabalhos realizados pelos entrevistados no bairro destacavam-se em primeira ordem serviços básicos de infra-estrutura (25%) seguidos de educação (21,7%) e habitação e construções (18,4%). Os informantes tinham uma percepção das atividades do bairro como parte de seu trabalho cotidiano não inteiramente alheio ao universo da política mas por vezes distanciados de formas efetivas de participação. As opi-

niões colocadas a seguir apontam o modo como percebiam a “outra política” em contraponto às ações desenvolvidas no bairro, normalmente concebidas como estando articuladas a uma identidade de interesses.

A “OUTRA POLÍTICA” – IDENTIDADES E INTERESSES

As opiniões sobre a política separam as dimensões *do ser e do dever ser*. E nessa perspectiva que as respostas à pergunta sobre o que motivava as pessoas a fazerem política se justificavam na dedicação a interesses coletivos em contraponto a interesses pessoais. Estes apareciam, ao lado do interesse econômico, como valor bastante negativo, explicitado nas afirmações que viam a política como ação capaz de levar os sujeitos a “tirarem proveito pessoal”, “crescerem às custas dos pobres” e “ganharem dinheiro”. Uma política a serviço dos interesses coletivos da população evocava, em contrapartida, as idéias da “transformação social”, supondo, por conseqüência, que poderia haver uma “outra forma de fazer política” capaz de trazer “melhoria para os bairros”. Essa outra forma de fazer política dependia, no entanto, de qualidades pessoais dos representantes oficiais.

Dentre as características que um bom político deveria ter, para o desempenho eficaz de suas atividades, os valores morais, 58,3% (relativos à honestidade, dignidade, sinceridade) tiveram supremacia sobre os demais, seguidos de atributos referentes a valores de identificação com o grupo de referência. Assim, ser “popular”, “nordestino”, “ser da cidade”, ter a “bandeira do povo” ou possuir nas mãos a “cicatriz de uma enxada”,⁴ representam pressupostos importantes para garantia de uma função de representação. Essa concepção de identificação como requisito básico para o reconhecimento do político aparece em outro momento anterior da pesquisa, ocasião na qual refletíamos sobre as candidaturas populares e suas estratégias de delegação de poderes (Barreira, 1994). Nessa ocasião da pes-

quiza ficava constatado uma espécie de visão negativa da política, compensada por propostas de controle, entre as quais, se incluíam a busca de candidaturas populares consideradas autênticas e portanto diferentes das demais.

As características importantes atribuídas a um “líder comunitário”, expressão designada para identificar o representante do bairro e dirigente de associações de moradores, coincidem com aquelas apontadas como imprescindíveis para o exercício do mandato político. Nesse sentido, a honestidade aparecia com 68,3% de preferência, seguida de compromisso, sinceridade e responsabilidade. Estes seriam elementos comprovadores da eficácia de valores morais capazes de se contraporem à visão negativa atribuída à política e aos seus representantes. A dimensão de representatividade no bairro funcionava, inclusive como uma espécie de reserva moral, tendo em vista a propagação de um “*ethos* comunitário” que guiava o discurso de grande parte dos representantes de entidades do bairro.

Nessa perspectiva, a pergunta “você se considera um líder?” destacava alguns atributos relacionados a uma resposta não mais pessoal, mas referida a qualidades específicas da condição de liderança: responsabilidade, capacidade, simplicidade, dedicação. Na maioria das falas dos entrevistados, a intitulação de líder era percebida como atribuição externa, sendo considerada a auto-atribuição um sintoma de vaidade pessoal. “Eu prefiro dizer que eu sou comunitário. Comunitário é minha ética”. “Líder é uma palavra muito forte. Me considero apenas reconhecida pelo meu trabalho”. “Não fica bem dizer que sou líder mas as pessoas acham que sim, eu quero ser, mas não sei se sou”.

Quanto à comparação sobre os processos eleitorais “na comunidade” e as eleições em outras instâncias da política oficial, 80% das respostas afirmavam que os princípios deveriam ser os mesmos. O conjunto das respostas destacava, no entanto, opiniões que separavam a política do bairro e a política oficial: “na comunidade,

as pessoas votam em quem conhecem, na política votam sem conhecer”, “os políticos só vem aqui em dia de eleição. “O representante do bairro está aqui todos os dias”.

Observa-se, através dessas afirmações, que a política e os políticos são percebidos como estando em esferas longínquas e não acessíveis ao conjunto dos cidadãos comuns. Em tais circunstâncias, a política é concebida como estando separada do cotidiano dos moradores, mesmo que os bairros sejam atravessados por formas internas de organização e representação. Uma das frases expressivas dessa visão antagônica da política efetivada no interior do bairro e nas instâncias legalizadas do poder: “existe outra política onde as pessoas se iludem com os agrados. Na comunidade não pode haver isso não”.

OS ESPAÇOS NEGATIVOS DO PODER

As dimensões negativas atribuídas ao exercício da política aparecem de modo claro na questão que indaga se o poder corrompe. Nesse quesito, 82% das respostas são positivas, sendo justificadas a partir de frases que merecem ser mencionadas: “Tem muitas pessoas que humilham os outros quando têm o poder”. “Poder lembra dinheiro e política. O poder devia ser do povo”. “O poder lembra injustiça e destruição. Poder é egoísmo e falta de sensibilidade”. “A pessoa quando está em baixo é humilde, quando está no poder esquece a humildade”. “Uma liderança comunitária não pode pensar que tem poder”. “Quem tem poder são os ricos”. “Quem tem poder quer comprar as pessoas. A começar pela justiça porque os advogados são corruptos”. “Quando as pessoas assumem o cargo de chefe mudam completamente”.

A relação de poder que distancia o político de seus representados parece pontuar parte significativa da representação de segmentos amplos da sociedade brasileira. Nessa mesma direção, a pesquisa de Magalhães (1998) realizada em bairros populares da cidade de Porto

Alegre aponta dimensões semelhantes sobre a relação entre política e poder. “Políticos são mentirosos, prometem e não cumprem. Bom é um candidato saído das camadas baixas, trabalhador... mas lá em São Borja, eu me lembro de um amigo nosso, conhecido, pessoa boníssima, que se candidatou. Nós todos ajudamos ele, mas quando se sentiu no poder, ficou vaidoso, se afastou do pessoal...” (Lilia) apud Magalhães (1998, p.46).

A visão inteiramente negativa do poder o coloca como espécie de instância capaz, de imediato, de desvirtuar intenções. “Uma minoria com boas intenções é corrompida pela maioria”. Existe, nesse sentido a percepção do poder como sendo um espaço maculado da política. Poder e política aparecem como situações articuladas, sendo o poder percebido como um dos atributos negativos dos representantes oficiais, desde que “o líder comunitário não tem poder”. O poder é também representado como uma força propulsora negativa capaz de romper as regras de contrato entre políticos e eleitores: “Quando as autoridades pegam o poder que nós damos a eles, eles se acham poderosos e mandam em tudo e nos rebaixam”.

As concepções sobre o poder e a política constituem terreno fértil para se verificar clivagens sociais e o modo como determinados grupos sociais elaboram seu sentimento de exclusão e inclusão, transformando-o em “esquemas de percepção e ação”, conforme a perspectiva de Bourdieu. Observa-se, pelo conjunto das opiniões emitidas durante a pesquisa, que o poder é visto como algo externo, sobretudo quando referido à chamada política oficial, percebida como distante e inalcançável. Não deixa de ser sintomático a necessidade de pensar a organização comunitária como sendo a construção de um polo opositor, não tanto submetido a clivagens partidárias, nas quais as diferenças e hierarquias são assumidas como parte de um jogo político. Talvez também por esse motivo se possa entender que eventuais conflitos de poder, no “interior da comunidade”, possam ser vistos como

desvirtuamento do que deveria se apresentar como unitário e indiferenciado. Os eventuais conflitos, nesse caso, operariam como divisor de águas, aproximando-se do que seria percebido como fazendo parte da “outra política”.

As referências ao poder são, portanto, reveladoras de que ele é um dos pólos nos quais se referenciam as clivagens sociais. Como se a sociedade pudesse ser dividida entre poderosos e não poderosos, sendo o lugar do poder um dos espaços potenciais de corrupção.

Essa discussão remonta também a existência de regras normativas que estruturam diferentes práticas sociais. Emergem, nessa perspectiva, questões sobre as zonas de interseção da política referenciadas em princípio de desigualdade e justiça social.

MORAL E JUSTIÇA – AS ZONAS DE INTERSEÇÃO DA POLÍTICA

Como pensar os móveis que articulam a moral, a justiça, a política segundo a visão dos moradores? As discussões sobre questões ligadas a moral e justiça acrescentam outros elementos importante para a compreensão desse conjunto complexo representações. As opiniões dos entrevistados sobre o que poderia ser considerado maior exemplo de injustiça social apontam fatores oriundos de diversas instâncias da vida coletiva.

Os exemplos de injustiça social encontram-se na centralização de poder, na discriminação social e nos maus-tratos à crianças e mulheres. Exemplos de injustiça enfocam também o privilégio de “políticos que viajam demais, que tem salários e mordomias”. E também considerado injusto “um pai de família ganhar um salário mínimo enquanto um deputado ganha muito”.

Outro conjunto de opiniões enfoca o tema das carências sociais: falta de saúde, falta de direito, falta de educação, falta de alimentação, falta de casa própria, falta de emprego, indignância, miséria, discriminação com os pobres, falta

de respeito pelo ser humano. A essa frequência de respostas segue-se a desigualdade econômica e salarial que enfatiza as distâncias sociais em seus diversos níveis, presente em uma frase que é síntese das demais: “A injustiça social está na discriminação entre pobres e ricos”.

A idéia de discriminação social estende-se também a outras dimensões como aquela que incide sobre direitos sociais de homens e mulheres. 52% afirmam que a igualdade ainda não existe, por conta da existência de preconceito. No entanto, todos os depoimentos afirmam que homens e mulheres deveriam ter os mesmos direitos. Os discursos fundamentam também o argumento da igualdade entre os sexos pela capacidade de trabalho e capacidade de administração política. É importante ressaltar que a presença de mulheres na direção de associações de moradores é equivalente a dos homens, aparecendo na própria amostra da pesquisa que incorporou 55% de mulheres.

As respostas referentes à indagação sobre o que é considerado mais importante para se dizer que um país é democrático condizem com os exemplos já apontados de injustiça social. 61,75 das respostas afirmam que a existência de tratamento igual para todos é condição mais importante para se dizer que um país é democrático. Outros itens referentes aos critérios da representatividade política tais como a existência de vários partidos ou a participação em sindicatos e associações foram praticamente negligenciados, atingindo os percentuais de 3 e 6 por cento.

Os dados obtidos a partir dessa informação condizem perfeitamente com as informações recolhidas por Eveline Dagnino (1994) em pesquisa sobre cultura democrática e cidadania realizada em 1993 na cidade de Campinas em São Paulo. A mesma pergunta que serviu de inspiração ao roteiro da enquête dessa pesquisa teve como resposta a afirmação de que o tratamento igualitário para homens, mulheres, ricos e pobres seria o requisito inicial para a existência de um país democrático.

Tais resultados, na perspectiva de Dagnino, apontam para o fato de que o autoritarismo e a existência de hierarquias sociais são mais percebidos que as desigualdades econômicas. E possível, no entanto, a partir de um outro raciocínio, observar um sentido de equivalência entre injustiça, política e desigualdade que fundamentam a própria noção de democracia. Seguramente ela não é vista como estando restrita ao plano das instituições mas concebida no âmbito das divisões que marcam o espaço social.

As demandas de intervenção política tendo em vista diminuir as desigualdades promotoras de privilégios estão presentes na resposta à questão: “se tivesse uma única atitude para mudar o país qual seria escolhida?”

A resposta dentro as opções⁵ apresentadas foi a oferta de trabalho para todos os desempregados, que obteve a frequência de 38%, seguida de educação gratuita.

No âmbito municipal, a pergunta “se você fosse prefeito que atitudes tomaria para melhorar a cidade” teve como resposta mais frequente os benefícios ligados a emprego e saúde, seguidos de atividades de disciplina e controle.

É a existência dessa “injustiça social”, atuando como espécie de cena primordial da política que explica a existência de diferenças ou desigualdades. Nesse contexto observa-se o aparecimento de uma concepção nativa de injustiça não referida imediatamente a um contexto jurídico, mas baseada em princípios normativos de distribuição de bens sociais e econômicos.

Uma outra perspectiva de avaliação sobre os princípios morais que regulam os comportamentos tem na esfera individual e hereditária sua explicação mais contundente. Nesse sentido, 53% dos informantes apontam a existência de pessoas que “já nascem com tendência para infringir a lei”. Observa-se, portanto, uma ordem normativa de dupla face que considera as diferenças como estando induzidas pela “injustiça social”, avaliando também parte dos crimes como estando circunscritos à natureza humana. Talvez aqui pudesse ser encontrado a vigência

de duas matrizes discursivas. Uma oriunda de um senso comum que omite as origens históricas das desigualdades e outra vertente construída por supostos normativos vindos de um pensamento crítico baseado em valores partidários ou princípios originados da igreja progressista através da teologia da libertação. Este ponto será abordado mais adiante.

Dentre as situações merecedoras de punição judicial destacaram-se em primeiro plano o assassinato e o roubo. Este último poderia ser considerado no entanto justificável frente à evidência de necessidades. “Já pensou, um pai de família procurar um emprego e não conseguir e os filhos com fome? Ele perde a cabeça e rouba mesmo. Trata-se de uma justificativa que leva a pensar que a injustiça social seria uma espécie de matriz das desigualdades que estariam para além das regras e infrações sociais.

A necessidade de punição judicial não justifica a pena de morte que tem 67% de opiniões desfavoráveis. São opiniões justificadas pelo temor de que a justiça não aja com isenção. Registros sobre esse aspecto merecem ser mencionadas. “Só iam morrer os pobres, os miseráveis e os negros”. “Quem ia pagar era só os coitados que não tem defesa, os grandes não”. “Quem tá no poder é quem manda. No nosso país, só quem iria morrer era ladrão de galinha”.

Outras respostas favoráveis à pena de morte foram justificadas como modo de conter a violência. “Se existir a pena de morte no país, se morrer alguns a situação vai melhorar, principalmente nos casos de estupro”. “Sendo bem dirigida, bem investigada, se houvesse pena de morte 90% dos crimes diminuiria”.

A estreita vinculação entre a injustiça social e desigualdade evidencia um modo de imaginar a realidade social vista a partir de clivagens e privilégios que se superpõem à própria existência de instituições. Assim como a política aparece dividida entre o bairro e as instâncias oficiais de representação os princípios de moral e justiça parecem expressar uma dupla cidadania: a dos que detém a posse de bens materiais

e simbólicos e os excluídos desses benefícios. Destacam-se nessas concepções uma profunda descrença nas instituições, vistas como espaço de solidificação de privilégios sociais.

A CIDADANIA DOS EXCLUÍDOS

A cidadania e a exclusão constituem temas que recortam a sociedade brasileira desde a sua fundação. Uma certa volta a essa conexão temática, nos últimos anos, é sintoma de que estamos sempre retomando princípios normativos que nos constituem enquanto país simultaneamente moderno e carente de requisitos de um ideal de modernidade. São temas que se reportam a situações de ausência. Ausência de cidadania, igualdade, participação social e política. Ausências também que serviram de símbolos e emblemas que acenaram com idéias de transformação.

É importante lembrar, que as utopias que evocaram a democracia ou melhor distribuição de bens econômicos tinham como horizonte os princípios idealizados de inclusão. Participação, igualdade e direitos são palavras chaves que fundamentam diferentes utopias calcadas no liberalismo ou no socialismo.

A percepção atual da exclusão como tema básico de muitas das reflexões sobre a realidade brasileira é, no entanto, atravessada por um sentido de desencantamento. Os excluídos percebidos não mais como um coletivo, ou um vir-a-ser, com uma provável inserção futura nos espaços de construção da cidadania. Enquanto avesso da ordem social os chamados excluídos repõem o significado de classes perigosas videntes no início do processo de industrialização. Nos países europeus representam hoje, como diz Nascimento (1994), o fracasso da sociedade moderna, seu esgotamento ou excesso.

Verificar como as temáticas se articulam, como formam recorrências, revelando sentidos e experiências constitui a tentativa final de organização dos dados. Trata-se de pensar as repre-

sentenças em seu contexto de referência, evitando o risco de tomar o conjunto de opiniões como expressivas de uma “cultura política” em torno da qual emprestam-se adjetivos tais como conservadora ou democrática. A intenção dessa discussão é menos a busca de uma qualificação definitiva dos discursos e comportamentos políticos e mais a tentativa de perceber como determinados atores se inserem no espaço social e como constroem visões de mundo que são originadas de diferentes matrizes simbólicas.

A busca de uma espécie de “economia moral” segundo a acepção de E. P. Thompson (1979) inspira essa discussão se for possível tomar esse termo em sua complexidade ou diversidade, verificando como as concepções sobre a política articulam-se a critérios normativos ou “visões de mundo”.

As reflexões partem de pressupostos de que vivemos em um mundo marcado por situações de diferenciações e hierarquias propulsoras de discursos que se fazem acompanhar por sentimentos que são permanentemente construídos à base de experiências pessoais ou experiências apreendidas nas observação do mundo cotidiano⁶.

E aqui valeria a pena discutir um pouco sobre a construção, por parte dos informantes, de um espaço dualizado que informa as representações sobre os mecanismos de inclusão e exclusão social. Todas essas questões nos remetem a pensar a temática da exclusão não a partir dos critérios nomeados “objetivos” mas com base em suas dimensões normativas que incidem sobre o plano das representações sociais. Isso implica em perceber como a idéia de exclusão é pensada, sentida, constituindo-se com base em um lugar construído também simbolicamente. Os moradores, autodenominados como excluídos, seriam assim a expressão concreta de uma matriz simbólica que em determinadas circunstâncias viabilizam a correspondência entre estrutura social e estrutura mental, conforme as reflexões de Bourdieu (1996) a respeito dos esquemas mentais como incorporação de estruturas objetivas.

Buscar os supostos normativos que presidem as opiniões colhidas na pesquisa implica pensar o jogo dos sentidos em perspectivas mais ou menos explícitas, baseadas em diferentes registros que compõem o senso comum cotidiano. Nessa direção poderiam ser destacados dois registros que presidem o conjunto das representações dos informantes enunciadas ao longo do texto.

1. Percepção do Espaço social e da cidadania como estando fortemente marcados por situações de exclusão.
2. Percepção da política e do poder como indutores e reforçadores de privilégios

Os entrevistados tem uma clara noção da existência de um espaço social diferenciado em torno da qual se erguem as possibilidades e limites de mudança. Sobre esse espaço social elaboram uma visão crítica que convive com as idéias provenientes de um senso comum instituído: as desigualdades, embora injustas, constituem partes inerentes à sociedade vigentes desde que o mundo é mundo. Destaca-se nesse sentido, uma visão de praticidade ou de resignação respeitosa tal como observou Thompson (1995) a propósito da produção e consumo de bens que cercam o mundo dos dominados. Um mundo percebido, sobretudo, a partir da existência de uma distribuição desigual de benefícios articulados a um exercício de poderes que são pouco passíveis de controle⁷.

Essa perspectiva não rompe com a possibilidade de que os informantes possam mobilizar ações de contestação no interior do campo da política. É importante lembrar que os informantes são constituídos por indivíduos que tiveram uma “socialização política” efetivada através de atividades desenvolvidas no bairro, referentes a participação em diferentes experiência associativas. Sete dos entrevistados foram, inclusive, candidatos a vereador nos pleitos de 1992 e 1996.

Existe, portanto, na representação dos entrevistados um sentido de injustiça que se faz

acompanhar de descrença na política. Talvez, aqui seja interessante pensar em um jogo de sentidos que inclui as dimensões críticas e naturalizadas do mundo social: a "injustiça" como fruto de um espaço habitualmente indutor de desigualdades.

A descrença nas instituições não pode ser pensada como fruto direto da experiência recente do autoritarismo. Heranças culturais sedimentadas afirmam a existência longínqua de um poder coercitivo originado da própria história dos subsistemas econômicos e administrativos. A pesquisa da equipe do CEDEC, coordenada por Moisés em 1991, a respeito da existência de uma "cultura política" democrática ressalta os efeitos contraditórios movidos por desencontros entre instituições, baseadas em regras e práticas democráticas e descrença nos procedimentos institucionais. Esse fato permite pensar que para alguns segmentos sociais o desejo de ordenamento e inclusão não necessariamente passa pela crença de que ele poderia ser gerido pelos espaços institucionalizados vigentes.

Assim, compreende-se porque a percepção da existência de uma dualidade no espaço de distribuição dos bens materiais incide em outras dualidades pensadas no campo da política, (a política do bairro e a política dos políticos) e no campo jurídico (a justiça dos pobres e a justiça dos ricos). Não é de estranhar, portanto, que os valores de identificação que presidem a escolha do considerado bom político apareçam de modo contundente. O "mundo dos pobres" e o "mundo dos ricos" terminam dando um sentido metafórico a um conjunto de opiniões de segmentos sociais que se reconhecem como estando do lado perdedor. Menos que qualificar essa dimensão das representações como exemplo de um pensamento conservador é importante pensar na existência de esquemas mentais classificatórios que alimentam a existência de desigualdades sociais. A pobreza vista assim como exclusão simbólica aponta para a perspectiva de uma concepção sobre as desi-

gualdades sociais não restrita à posse de bens materiais: pobreza de direitos, sentimentos de injustiça ou sentimento de despertencimento (Telles, 1993).

O tema da cidadania pensado sob a ótica da exclusão em sua dimensão cultural e política repõe a questão da perspectiva de futuro e perda de pertinência à vida social. A exclusão pode ter em sua face uma espécie de desencantamento com a política que, diga-se de passagem, reveste-se de um clamor cada vez maior por leis rigorosas (Gondim, 1994) abarcando também a idéia de que as clivagens sociais são inerentes ao mundo social.

No espaço efetivo das representações advindas do segmento social analisado na pesquisa as concepções de cidadania oscilam entre uma visão dualizada e por vezes naturalizada da vida social e uma outra oriunda de uma percepção fundada na vigência de direitos sociais. Nessa perspectiva, uma visão sobre as matrizes discursivas que de algum modo informam as percepções e práticas dos moradores merecem ser discutidas.

As práticas de mobilização que se efetivaram no cenário brasileiro, sobretudo nos anos 80, contribuíram para uma difusão do reconhecimento de direitos sociais que passaram a integrar parte significativa das representações de atores sociais urbanos. Nesse contexto, muitas das pesquisas e discussões sobre a emergência da chamada "sociedade civil" fundamentaram-se no reconhecimento de direitos sociais como elemento propulsor de práticas inovadoras de mobilização coletiva.

O que a pesquisa demonstra é a existência de várias matrizes discursivas que servem de suporte à construção das representações sobre a moral a política e a cidadania. Estas apontam valores adquiridos ao longo de uma experiência que agrega práticas associativas, crenças societárias e o que poderia ser nomeado de "sentimento de exclusão". Dessa perspectiva, representações aparentemente contraditórias que traduzem desencanto ou

uma “visão realista” convivem ao lado de valores libertários, oriundo das concepções fundamentadas em direitos sociais. As noções de política moral e cidadania são, portanto, construídas nesse contexto complexo marcado tanto por sentimentos de cidadania não realizada como busca de novos sentidos de reconhecimento social.

NOTAS

- ¹ Para uma explicação mais detalhada dos objetivos desse projeto de pesquisa, ver “uma antropologia da política: rituais, representações e violência”. Cadernos do NUAP 1, Museu Nacional, ed. NAU, 1998.
- ² A pesquisa abrangeu uma enquete feita com 60 representantes de entidades associativas de bairros periféricos situados na região metropolitana de Fortaleza, incluindo 27 homens e 33 mulheres, situados em maior parte na faixa etária de 31 a 50 anos. Oriundos em sua maioria do interior do Estado, os entrevistados possuem graus diversificados de escolaridade com maior frequência situada no primeiro grau incompleto. As categorias profissionais mais frequentes referem-se às atividades de prestação de serviços, professor e comerciante incluindo também profissões tipicamente femininas como costureira, doméstica e dona de casa.
- ³ Para uma discussão sobre o caráter itinerante da política em bairros da periferia urbana, sobretudo em períodos eleitorais, ver Barreira, Irllys (1989) *Chuva de Papéis, Ritos e Símbolos de Campanha Eleitoral no Brasil*.
- ⁴ Instrumento de trabalho utilizado nas atividades agrícolas e atividades de construção civil.
- ⁵ As opções apresentadas no questionário continham os seguintes itens: Educação gratuita para todos; Expulsar do país todos os corruptos; Mudar o sistema político; Oferecer trabalho para todos os desempregados; Mandar eliminar todos os bandidos. Além dessas questões o item outras opções davam margem a Outras possíveis respostas.
- ⁶ Lafay Claudette (1990) discute, por exemplo, as formas de elaboração de justiça no universo do trabalho, baseando-se em um quadro de análise elaborado por Boltanski a respeito dos registros de justiça mobilizados por pessoas comuns em situações de tensão social.

⁷ Em uma perspectiva mais voltada para a análise de laços sociais e representações ligadas à noção de respeito, Dominique Vidal, em estudo etnográfico realizado em bairro de Recife – Nordeste do Brasil, considera as dificuldades do estabelecimento de uma noção de democracia por conta de valores ambivalentes originados tanto de uma prática hierárquica, que garante aos pobres um lugar social, como uma visão de sociedade baseada em direitos iguais, que supõe a existência da similitude e da a cada um a possibilidade de atingir posições socialmente valorizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Avritzer, Leonardo – “Cultura política, atores sociais e democratização”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 28, ANPOCS, São Paulo, 1995.
- Barreira, Irllys – “A representação como espelho: universo cultural e político das candidaturas populares”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26, out. 1994.
- Bourdieu, Pierre – *Razões Práticas sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996.
- _____. “Efeitos de Lugar” em Bourdieu, Pierre (coord.) *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- Costa, Sérgio – “Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas locais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 25, ANPOCS, São Paulo, 1997.
- Dagnino Eveline – “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”, in Dagnino E. (org.) *Anos 90 Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Lafaye, Claudete – “Situations tendues et sens ordinaires de la justice au sein d’une administration municipale”, *Revue Française de Sociologie*, XXXI, 1990.
- Magalhães, Nara – *O Povo sabe votar uma visão antropológica*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- Moisés, José Ávaro – “Democratização e cultura política de massas no Brasil”, *Revista de Cultura e Política Lua Nova* 26, Cede/Marco Zero, São Paulo, 1992.

Nascimento Elimar – “Hóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários”, *Cadernos CRH*, Salvador, 1994.

Pires Caldeira, Tereza – *A política dos outros*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Telles Vera da Silva – “Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo”, *Caderno CRH* 19, Salvador, 1993.

Thompson, Edward P. – *Tradicion revuelta y consciéncia de clase* – estudios sobre la crises de la sociedad preindustrial. Barcelona: Critica, 1979.

Vidal Dominique – “Le respect: catéorie du social, catéorie du politique dans une favela de Recife, texto mimeo, Paris, 2000.

Zaluar Alba – “Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 25, ANPOCS, 1997.